



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0601528-88.2022.6.02.0000

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) - 0601528-88.2022.6.02.0000 - Maceió - ALAGOAS

RELATOR: Desembargador ALCIDES GUSMAO DA SILVA

RESPONSÁVEL: PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - COMISSAO PROVISORIA, BENEDITA FERNANDES DA SILVA, ABRAAO VALDOMIRO DA SILVA, CLAUDIA GUEDES DA SILVA, ROGERIO MENESES DANTAS

Advogado do(a) RESPONSÁVEL: MOISES LACERDA MARTINS TAVARES - AL13325

Advogado do(a) RESPONSÁVEL: MOISES LACERDA MARTINS TAVARES - AL13325

Advogado do(a) RESPONSÁVEL: MOISES LACERDA MARTINS TAVARES - AL13325

EMENTA

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. PARTIDO POLÍTICO. AVALIAÇÃO PRÉVIA. FALHAS CONSTATADAS. DILIGÊNCIAS SUGERIDAS PELO SETOR TÉCNICO. PRAZO TRANSCORRIDO *IN ALBIS*. SUBSISTÊNCIA DAS FALHAS. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS E INSTRUMENTO DE MANDATO. ATRASO NA ABERTURA DAS CONTAS BANCÁRIAS. NECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO PARA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL EM JUÍZO. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS.

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em

julgar as contas como não prestadas (art. 30, IV da Lei das Eleições), ante a ausência de constituição de advogado no processo em tela, determinando, em consequência, a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, nos termos do voto do Relator.

Maceió, 11/09/2024

Desembargador Eleitoral ALCIDES GUSMAO DA SILVA

## RELATÓRIO

1. Tratam os autos da prestação de contas, referente à campanha eleitoral 2022, do Partido da Mulher Brasileira - PMB.

2. O Requerente guarneceu os autos com diversos documentos.

3. Publicado edital para ciência aos interessados, não houve nenhuma impugnação no prazo legal, conforme certificado nos autos (Id. 9976676).

4. Ao analisar o feito, a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias do TRE/AL realizou diligências junto ao Partido em tela, mas não foram apresentados documentos ou justificativas para sanear as falhas/omissões apontadas.

5. Posteriormente, a unidade técnico-contábil do TRE/AL emitiu Parecer Conclusivo (Id. 10129305) pela desaprovação, em razão das irregularidades graves na contabilidade, ou, não sendo suprida a omissão quanto à juntada de Procuração até o julgamento das contas, pela não prestação, na forma do que disciplina o § 8º do art. 98 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

6. Oficiando nos autos, a Procuradoria Regional Eleitoral de Alagoas pronunciou-se pela necessidade da renovação do ato de citação do partido, na pessoa de seus atuais dirigentes, sob pena de serem as contas julgadas não prestadas, nos termos do art. 98, § 8º, da Resolução 23.607/2019.

7. A agremiação partidária foi citada, em conformidade com a sugestão do Ministério Público, conforme se observa da Certidão de Id. 10113599, para regularizar sua representação processual. No entanto, deixou o prazo transcorrer *in albis*.

8. É, em síntese, o Relatório.

## VOTO

9. O presente feito traz à apreciação deste Tribunal a prestação de contas de campanha das Eleições de 2022 do Partido da Mulher Brasileira - PMB.

10. Cabe ressaltar que, de acordo com a Lei nº 9.504/97, regulamentada pela Resolução TSE nº 23.607/2019, os partidos políticos e candidatos devem prestar contas à Justiça Eleitoral dos seus gastos e receitas de campanha.

11. De início, cabe distinguir o que sejam impropriedades e irregularidades. Para tanto, reproduzo o teor dos parágrafos 2º e 3º do art. 38, da Resolução TSE nº 23.604/2019:

§ 2º Consideram-se impropriedades as falhas de natureza formal das quais não resulte dano ao erário e outras que não tenham potencial para conduzir à inobservância da Constituição Federal ou à infração de normas legais e regulamentares.

§ 3º Considera-se irregularidade a prática de ato que viole a Constituição Federal, bem como as normas legais ou estatutárias que regem as finanças dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

12. As impropriedades apenas conduzem ao julgamento das contas com ressalva, uma vez que são considerados vícios formais ou materiais de pequena monta, sem relevância para comprometer a lisura e a transparência das contas eleitorais e/ou partidárias.

13. As irregularidades, por sua vez, podem comprometer a integridade das contas, por ter, via de regra, natureza grave, podendo, em certos casos, ensejar a desaprovação das contas.

14. A Seção de Contas Eleitorais e Partidárias do TRE/AL informou que a agremiação partidária apresentou a prestação de contas parcial de forma intempestiva, configurando dessa forma uma impropriedade.

15. Ressalta, também, que o partido político não apresentou o instrumento de mandato para constituição de advogado, tanto para a agremiação partidária, como para os seus dirigentes (Presidente e Tesoureiro).

16. Outrossim, informou que os extratos bancários relativos ao mês de outubro também estariam ausentes.

17. Além disso, consta o registro de que a abertura das contas bancárias extrapolou o prazo de 15/08/2022, em desatendimento ao disposto no art. 8º, §1º, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019, não sendo possível aferir a correção dos valores declarados na prestação de contas em relação ao período em que não houve a abertura da conta bancária, bem como a eventual omissão de receitas e gastos eleitorais.

18. Devidamente intimado, o Prestador não promoveu o saneamento das falhas apontadas, que, frise-se, são

irregularidades aptas de ensejar a desaprovação das contas.

19. Saliente-se que a Secretaria Judiciária citou o Partido Político e seus dirigentes, pessoalmente, via WhatsApp, conforme consta da Certidão de Id. 10113599.

20. Logo, a citação realizada nos moldes previstos no art. 98, §§ 9º e 10, todos da Resolução TSE nº 23.607/2019, que permite que o citado ato processual se dê por mensagem instantânea, é válida, tendo o Prestador sido devidamente cientificado acerca do presente feito.

21. Assim, na linha dos Pareceres Técnico e Ministerial, trata-se de falha que enseja o julgamento das contas como não prestadas, visto que, por ser processo de natureza jurisdicional, o instrumento do mandato é peça indispensável.

22. Para o *Parquet*, a falta de capacidade postulatória conduz ao julgamento das contas como não prestadas, mesmo tendo o TSE revogado o § 3º, da Res. TSE 23.607/2019.

22. Cabe, então, enfatizar que, não sanado o vício da representação processual e não sendo possível analisar a regularidade das contas apenas com os documentos apresentados, é mister julgar as contas como não prestadas. Aliás, pelo entendimento do TSE a falha poderia ser suprida nas instâncias ordinárias, conforme o seguinte julgado:

Ementa:

**ELEIÇÕES 2020. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. JULGAMENTO DAS CONTAS COMO NÃO PRESTADAS. AUSÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO PROCESSUAL TEMPESTIVA. JURISPRUDÊNCIA DO TSE. PROVIMENTO DO AGRAVO E DO RECURSO ESPECIAL.**

1. O Juízo de primeiro grau julgou não prestadas as contas de campanha do candidato por ausência de regularização processual tempestiva.

2. Por ocasião do julgamento da Instrução nº 0600749-95/DF, esta Corte Superior aprovou a alteração da Res.-TSE nº 23.607/2019 e revogou o § 3º do art. 74 da referida norma, que impunha o julgamento das contas como não prestadas na hipótese de ausência de procuração outorgando os devidos poderes ao patrono do candidato, passando a prevalecer o entendimento de que a ausência de instrumento de mandato não pode representar, por si só, a não prestação de contas.

3. Este Tribunal firmou a compreensão de que os termos do novo regramento administrativo devem ser aplicados de forma retroativa aos feitos de 2020, notadamente na hipótese em que o vício na representação processual é sanado ainda nas instâncias ordinárias, como ocorreu na espécie.

4. Agravo e recurso especial providos, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de

que, afastada a irregularidade da representação processual, sejam julgadas as contas do candidato.

(TSE - Agravo em Recurso Especial Eleitoral nº 060050681 - COLORADO DO OESTE - RO - Acórdão de 12/08/2022 - Relator(a) Min. Mauro Campbell Marques - Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 170, Data 01/09/2022)

23. Contudo, repita-se, embora citada, a parte requerente não atendeu à diligência da Justiça Eleitoral, deixando de apresentar o imprescindível instrumento de mandato.

24. Ora, se a parte optou por não constituir advogado, essa atitude, acarreta consequência legal, conforme o art. 30 da Lei nº 9.504/97:

*Art. 30. A Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas de campanha, decidindo:*

*(i)*

*IV - pela não prestação, quando não apresentadas as contas após a notificação emitida pela Justiça Eleitoral, na qual constará a obrigação expressa de prestar as suas contas, no prazo de setenta e duas horas.*

*(Lei nº 9.504/97)*

25. A "não prestação" de contas tem lugar diante da ausência de apresentação das contas, após a notificação da Justiça Eleitoral. A ausência de advogado no processo é vício grave.

26. Veja-se, a propósito, o teor da Súmula TSE nº 42:

A decisão que julga não prestadas as contas de campanha impede o candidato de obter a certidão de quitação eleitoral durante o curso do mandato ao qual concorreu, persistindo esses efeitos, após esse período, até a efetiva apresentação das contas.

27. Isso está em consonância com o Art. 11, § 7º da Lei nº 9.504:

*Art. 11. omissis.*

*(...)*

§ 7º A certidão de quitação eleitoral abrangerá exclusivamente a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não

remitidas, e a apresentação de contas de campanha eleitoral.

(...)

28. Em virtude do exposto, verificando essa grave omissão da agremiação partidária, voto pelo julgamento das contas como não prestadas (art. 30, IV da Lei das Eleições), ante a ausência de constituição de advogado no processo em tela, determinando, em consequência, a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

29. Quanto à suspensão do registro ou anotação do órgão partidário, em face do quanto decidido na ADI 6032 (STF), encaminhe-se cópia do acórdão ao Ministério Público Eleitoral para adoção das medidas cabíveis.

30. Ademais, em razão da intempestividade na apresentação da Prestação de Contas Final, cuja situação gera anotação automática de omissão das contas no cadastro eleitoral, seja noticiado ao Juízo Eleitoral competente, com vistas à inclusão das anotações pertinentes à atualização das informações no respectivo cadastro.

31. É como voto.

DES. ALCIDES GUSMÃO DA SILVA

RELATOR